



BOLETIM - ANO III – Nº 108

VETOS: BANCADA SINDICAL DEVE FICAR ATENTA À EMENDA 3

Parlamentares podem manter os vetos e liberar bancadas para apreciar veto à lei que redistribuiu os royalties do petróleo

Dentre os 3.025 vetos presidenciais que podem ser analisados pelo Congresso Nacional (sessão conjunta da Câmara e do Senado) a projetos aprovados nos últimos anos, o DIAP destaca o veto à Emenda 3, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao sancionar a Lei 11.457/2007.

O dispositivo vetado obrigava o trabalhador a constituir empresa e se transformar em prestador de serviço para manter o recebimento do salário. Estabelece, ainda, a necessidade de decisão judicial para a autoridade fiscal considerar existente a relação de trabalho entre empresas contratantes e empresas de uma pessoa só.

Vetado pelo presidente da República, a emenda traz graves conseqüências sobre as relações de trabalho e os cofres públicos, porque impede o fiscal do Trabalho de fiscalizar, mesmo as situações fraudulentas, na medida em que essa atribuição deixaria de ser de sua competência e passaria a ser de responsabilidade exclusiva da Justiça do Trabalho.

A Justiça do Trabalho, por sua vez, só age sob provocação e como o fiscal não pode provocá-la, apenas o prejudicado, o ex-empregado, e agora prestador de serviço, jamais irá questioná-la na Justiça, porque, ao buscar o acessório, corre o risco de perder o principal – o trabalho.

A transferência dessa atribuição para a Justiça do Trabalho significaria, na prática, a legalização da fraude, porque, além de o trabalhador não querer ou poder reclamar, para não perder o seu ganha pão, a Justiça do Trabalho não teria pessoal nem magistrados para atender a essa nova atribuição.

Se atualmente ela leva em média dez anos para decidir um processo, imagine se tiver que aumentar ainda mais sua carga de trabalho. Impõe-se, assim, a manutenção do veto pelo Congresso, sob pena de agressão aos direitos dos trabalhadores e aos cofres públicos, bem como encontrar uma solução que resolva o problema de natureza tributária.

Outros vetos

Veja o veto à Emenda 3 e outros que podem ser votados nesta sessão do Congresso:

- Item 6 (pág. 6) – Emenda 3 - Obriga o trabalhador a constituir empresa e se transformar em prestador de serviço para manter o recebimento do salário

§ 4o No exercício das atribuições da autoridade fiscal de que trata esta Lei, a desconsideração da pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho, com ou sem vínculo empregatício, deverá sempre ser precedida de decisão judicial.” (NR)

- Item 99 (pág. 48) – fator previdenciário - revoga a aplicação do fator previdenciário nas aposentadorias

§ 7º Até 31 de dezembro de 2010, o fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, segundo a fórmula constante do Anexo desta Lei.

§ 10. A partir de 1o de janeiro de 2011, o fator previdenciário não será mais aplicado ao cálculo do salário de benefício.’ (NR)

Fonte: www.diap.org.br

VALOR MÍNIMO DE PARCELAMENTO DE DÍVIDAS COM O SIMPLES NACIONAL CAI PARA R\$ 300

Brasília - As micro e pequenas empresas que devem ao Simples Nacional, regime simplificado de pagamento de tributos, passarão a pagar R\$ 300 de parcela mínima. Até agora, esse valor correspondia a R\$ 500. A redução consta de instrução normativa da Receita Federal publicada hoje (4) no Diário Oficial da União.

Além de reduzir o valor mínimo da parcela, a Receita definiu que os contribuintes que requererem o parcelamento passarão a pagar a parcela mínima todos os meses até o Fisco consolidar os débitos e definir o valor final da prestação. A mudança valerá a partir de março. Para os parcelamentos requeridos a partir do mês que vem, a parcela mínima deverá ser paga até o último dia útil do mês em que for registrado o pedido.

A Receita não esclareceu os motivos das alterações. O órgão informou apenas que a redução do valor mínimo da parcela estava definida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional e precisava apenas ser regulamentada. Em relação à obrigatoriedade do pagamento das parcelas antes da consolidação da dívida, o Fisco não se manifestou.

As pendências tributárias e cadastrais são o principal obstáculo para que as empresas sejam enquadradas no Simples Nacional. De acordo com balanço divulgado na última sexta-feira (1º), 60,01% das micro e pequenas empresas que requereram a inclusão ou a renovação no regime precisavam pedir o parcelamento ou atualizar informações para terem o pedido aprovado.

Criado em 2007, o Simples Nacional é um regime simplificado de tributação que beneficia micro e pequenas empresas com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões. Em uma única guia, o empresário paga seis tributos federais, mais o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é administrado pelos estados, ou o Imposto Sobre Serviços (ISS), de responsabilidade dos municípios.

Fonte: Agência Brasil

GOVERNO ESTUDA ISENÇÃO TOTAL DE IMPOSTOS PARA PRODUTOS DA CESTA BÁSICA

A desoneração da cesta básica deverá ocorrer ainda no primeiro semestre deste ano e terá impacto não desprezível sobre a inflação, segundo fontes oficiais. Ontem, a presidente Dilma Rousseff anunciou, em entrevista a emissoras de rádio do Paraná, que o governo estuda desonerar integralmente a cesta básica dos tributos federais - basicamente PIS-Cofins e IPI, sendo que esse último recai somente sobre o açúcar. Espera-se, agora, que os governos estaduais façam o mesmo e retirem a incidência de ICMS. Alguns já não tributam a cesta básica, e entre os que cobram o imposto, a alíquota varia de 7% a 10%.

A retirada dos impostos federais sobre os produtos da cesta teria impacto direto de 0,3 ponto percentual no IPCA, podendo chegar a 0,44 ponto percentual, considerando os efeitos indiretos, conforme cálculos da LCA Consultores. O Ministério da Fazenda tem suas próprias projeções, mas ainda não as divulgou.

Simultaneamente à desoneração, o governo vai editar um decreto redefinindo quais são os produtos que compõem a cesta básica. O decreto original, de 1938, nunca foi atualizado para uma lista de consumo mais contemporânea. Nele constam arroz, feijão, macarrão, banha de porco, caças em geral e a de tartaruga, em particular. A nova cesta foi elaborada pelos ministérios da Fazenda, Casa Civil, Saúde e Desenvolvimento Social. Em dezembro, o governo solicitou a inclusão, no Orçamento de 2013, de uma renúncia adicional de receitas da ordem de R\$ 9,79 bilhões, para que possa aprovar novas desonerações do PIS-Cofins neste ano. O custo da medida sobre a cesta básica deve ser parte dessa cifra, mas haverá novas reduções de alíquotas do PIS e da Cofins para setores específicos da economia. Esses setores ainda estão sendo definidos e as mudanças constarão de medida provisória a ser assinada pela presidente Dilma.

Para que o governo possa fazer a redução das alíquotas do PIS-Cofins de setores específicos neste ano, o Orçamento da União de 2013 precisa ser aprovado rapidamente, pois a renúncia de receita decorrente da medida terá que constar da estimativa de receita da lei orçamentária, de acordo com o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O governo estima perder R\$ 1,74 bilhão com as desonerações do PIS e R\$ 8,05 bilhões com as reduções de alíquotas da Cofins.

De acordo com ofício encaminhado pelo ministro Mantega à Comissão Mista de Orçamento do Congresso, essa renúncia de receita com a redução das alíquotas do PIS e da Cofins será compensada pela reestimativa da arrecadação a ser obtida este ano com concessões de serviços públicos, que aumentará R\$ 4,59 bilhões, e com a receita de dividendos de empresas estatais, que subirá R\$ 6 bilhões.

Além da perda de receita de R\$ 9,79 bilhões, o ministro Mantega pediu que fosse incluída também no Orçamento deste ano renúncia adicional de R\$ 800 milhões com a desoneração da folha de pagamento das empresas. Antes, a área econômica previa que o gasto com essa desoneração ficaria em R\$ 15 bilhões em 2013, mas o governo aumentou o número de setores beneficiados, depois que encaminhou a proposta orçamentária ao Congresso, em agosto do ano passado.

Em mensagem ao Congresso Nacional, apresentada segunda-feira na abertura dos trabalhos legislativos, a presidente informou que a política de desonerações terá

continuidade em 2013, como parte do compromisso do governo com a redução e a racionalização da carga tributária.

A presidente espera que, em parceria com o Congresso e com Estados e municípios, o governo possa avançar mais este ano, "aprovando novas medidas para que o Brasil tenha política tributária mais justa para os cidadãos e mais favorável ao investimento".

Técnicos do Ministério da Fazenda estudam, também, a reformulação do PIS e da Cofins, que prevê a unificação dos dois tributos. Essa reformulação, porém, ainda não foi submetida à apreciação do ministro da Fazenda. Só depois de avaliada por Mantega, é que ela será enviada à Casa Civil e à presidente Dilma.

A expectativa da área técnica é que a proposta de reforma do PIS-Cofins seja encaminhada ao Congresso Nacional ainda neste semestre, na forma de medida provisória, para entrar em vigor apenas em 2014

Fonte: Valor Econômico

INFLAÇÃO DOS ALIMENTOS DESAFIA GOVERNO

Após amargar um aumento anual médio de 10% nos preços dos alimentos nos últimos cinco anos, o governo decidiu que é hora de agir com uma política forte de abastecimento.

Na semana passada, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, convocou os representantes do Ministério da Agricultura e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para uma reunião com o objetivo de pôr em prática a estratégia de vender estoques públicos de grãos para conter a inflação dos alimentos - apontada pelo governo como um dos principais fatores para a elevação de 5,84% no IPCA em 2012.

Gleisi foi avisada, porém, que a Conab não tem estoques suficientes para levar a ideia adiante, apesar do crescimento contínuo da produção de grãos nos últimos anos. Hoje, a estatal praticamente não tem milho e feijão em seus armazéns e conta com apenas 756 mil de toneladas de arroz, o suficiente para um mês de consumo. O efeito da venda desse volume de arroz sobre os preços no varejo seria inócuo, já que a safra está sendo colhida e as cotações tendem a cair naturalmente nos próximos 45 dias.

Diante da impossibilidade de vender estoques públicos, o governo começou uma ofensiva para coordenar as expectativas do mercado. Na segunda-feira, em discurso a produtores rurais no Paraná, a presidente Dilma Rousseff enfatizou que não faltará crédito para a agricultura brasileira neste ano. "Se gastarem o dinheiro, terá mais. O que gastarem, nós cobrimos. Estamos oferecendo 115 aqui, 18 ali, tudo bilhão ", disse ela, durante o Show Rural, evento promovido pela cooperativa Coopavel.

Ontem, também em entrevista a uma emissora de rádio do Paraná, a presidente disse que o governo está estudando desonerar integralmente a cesta básica dos tributos federais. À tarde, o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, declarou que a safra 2012/13 de grãos, até então estimada pela Conab em 180 milhões de toneladas, deve alcançar 185 milhões. Um conjunto de notícias que acalmaria os preços e, portanto, as expectativas de inflação.

A Conab só tem autorização legal para adquirir produtos no mercado quando as cotações estão mais baixas do que as fixadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O Ministério da Agricultura compra os excedentes ou financia a estocagem, sempre que o preço de mercado cai abaixo do mínimo. Para aquisições acima desse valor, é necessária autorização por Medida Provisória (MP).

No mês passado, governo editou a MP 603, que autoriza, em caráter excepcional, neste ano, a aquisição de até 300 mil toneladas de milho em grão, ao preço de mercado, por meio de leilões, para recompor os estoques públicos.

O objetivo dessa MP é o de ofertar milho diretamente para pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos sediados nos municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), por causa da longa estiagem. A ajuda, porém, não deve sair do papel devido à proximidade da colheita de milho.

Com a alta dos preços das principais commodities agrícolas nos últimos anos, os gastos do governo para manter os valores mínimos vêm caindo. Para aquisições por meio da PGPM, o governo chegou a gastar R\$ 3,1 bilhões em 2009. Em 2012, ano de alta nas commodities, a despesa foi bem menor, de R\$ 568 milhões. Em 2013, o ministério estima que um gasto ainda mais modesto, abaixo de R\$ 300 milhões.

A carência de estoques não é culpa apenas dos preços altos. Na avaliação da Presidência da República, o Ministério da Agricultura não agiu no momento adequado nas aquisições. No início de 2012, a Conab recomendou ao ministério a compra de milho para formação de estoque, o que não foi feito. A pasta não considerou que haveria gargalos de abastecimento no ano, devido à safra recorde de milho, que foi de 72,9 milhões de toneladas.

Agora, no curto prazo, não há condições de reforçar os estoques de grãos. Por isso, a Conab decidiu que vai aumentar o preço mínimo do feijão e da farinha de mandioca para incentivar o plantio dessas culturas. O feijão perdeu área no Paraná para a cana-de-açúcar, e a seca no Nordeste está prejudicando a produção tanto do grão quanto da mandioca.

Na reunião da semana passada, a ministra-chefe da Casa Civil perguntou para os representantes do ministério da Agricultura por que a Conab não vendeu arroz em dezembro, quando o preço estava subindo.

A resposta foi que o ministério havia decidido suspender um dos leilões marcados para janeiro, contra a recomendação da Conab, atendendo a um pedido de deputados da bancada ruralista e da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), que temiam uma desvalorização do produto.

Não foi o que aconteceu. A saca de 50 quilos custa atualmente R\$ 50,86 em Mato Grosso, longe do preço mínimo - R\$ 28,23. No Rio Grande do Sul, o valor está em R\$ 33,45, com o preço mínimo a R\$ 25,28. O cereal subiu 36,6% em 2012.

A alta do arroz, porém, não é o problema que mais preocupa o governo. O feijão carioca, variedade mais consumida no país, registrou aumento de 31,53% no ano passado. O feijão preto, segundo mais consumido, subiu 44,20%. Ao contrário do arroz, que deve cair nos próximos meses, o feijão trilha o caminho contrário e, para piorar, os estoques são

irrisórios. A Conab não comprou feijão em 2012, pois o produto já estava acima do preço mínimo devido à estiagem que atingiu o Sul e Nordeste do país.



Fonte: Valor Econômico

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUCERJA

A Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – Jucerja, divulga em seu sitio na internet www.jucerja.rj.gov.br informativos que podem ser acessado e baixados gratuitamente. Os últimos três informativos tratam dos seguintes assuntos: Informativo nº 53, referente ao mês de novembro de 2012, traz orientações e procedimentos sobre “Ata de reunião ou assembléia de sócios”. Os Informativos de números 54 e 55, de dezembro de 2012 e janeiro de 2013, “Tirarão suas dúvidas sobre os enunciados de orientação da Jucerja”. Para outras informações acesse o sitio da junta: www.jucerja.rj.gov.br

REAJUSTE DE 9% NOS PISOS SALARIAIS ENTRA EM PAUTA NESTA QUINTA

A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) votará nesta quinta-feira (07/02), em discussão única, o projeto de lei 1.907/13, que reajusta em 9% (nove por cento) os pisos salariais das categorias que não tenham o piso definido por lei federal, convenção ou acordo coletivo, entre as quais os contabilistas. A proposta é do Poder Executivo e, segundo estimativa do governador Sérgio Cabral, beneficiará cerca de dois milhões de trabalhadores. Os novos pisos salariais para os contabilistas do Estado do Rio de Janeiro, se a proposta do governo for aprovada, serão os seguintes:

Técnico em Contabilidade - R\$ 1.070,02 (um mil e setenta reais e dois centavos)
Contadores - R\$ 2.028,96 (dois mil e vinte e oito reais e noventa e seis centavos)

Esta é mais uma grande vitória conquistada com muito trabalho pela Federação dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia com o apoio dos Sindicatos de Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: www.alerj.rj.gov.br